

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 36, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a criação do Comitê de Criação e Acompanhamento das Políticas de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 12 de dezembro de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, conforme o anexo desta Resolução, a criação do Comitê de Criação e Acompanhamento das Políticas de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**COMITÊ DE CRIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS
DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCATNINS (UFT).**

Anexo único da Resolução nº 36/2018 - Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 12 de dezembro de 2018

Palmas/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 36/2018 – CONSUNI

COMITÊ DE CRIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT).

TÍTULO I DO CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO

Art. 1º A implementação de políticas de combate às práticas discriminatórias e seus impactos no acesso e permanência dos acadêmicos tem se denominado como “ações afirmativas”. Tais ações têm se fortalecido nos últimos anos no sentido de reduzir as desigualdades sociais e históricas presentes no país.

Art. 2º Dentre muitos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário podemos citar a Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, de 08 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul, e ainda as demandas institucionais decorrentes da institucionalização da década dos afrodescendentes.

Art. 3º Ainda nesse contexto nos alinhamos às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EHD), ao parecer CNE/CP nº 8/2012, que tem como base a promoção da dignidade humana, a igualdade de direitos, do reconhecimento e da valorização das diferenças e das diversidades, da laicidade do Estado, da democracia na educação, da transversalidade, da vivência e globalidade e a sustentabilidade socioambiental.

Art. 4º No que se refere às políticas de ações afirmativas étnico-raciais foram instituídas, em 2003, o sistema de cotas indígenas e, em 2014, aos quilombolas nas instituições de ensino superior, o que ampliou significativamente o acesso dessas populações ao ensino superior gratuito. Soma-se a isso a inclusão da Educação para as Relações étnico-raciais nos conteúdos, disciplinas e atividades curriculares nos cursos de graduação, preconizada pela

Resolução nº 1, de 17 de junho/2004-CNE/CP, pela Lei 11.645/2008, que prevê o ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino.

Art. 5º Com relação aos aspectos referentes à diversidade e gênero, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos (LGBT) prevê a garantia de acesso e permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivo de orientação sexual e identidade de gênero para estudantes, professores e técnico-administrativos.

Art. 6º Considerando que a UFT está inserida em um Estado com expressiva diversidade étnico racial, considerando as 44 comunidades quilombolas reconhecidas, as oito etnias indígenas presentes no Estado e ainda acadêmicos indígenas e quilombolas matriculados nesta instituição oriundos de Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

Art. 7º No contexto da UFT atualmente há mais de 800 alunos indígenas e quilombolas com matrícula ativa nos cursos de graduação em seus sete câmpus. Alunos estes de 44 comunidades quilombolas e mais de 22 diferentes etnias indígenas. No que se refere às IFES o cumprimento dos referidos dispositivos legais tem sido considerado na avaliação de condição e acessibilidade realizado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Art. 8º A Universidade carece de estabelecer ações e estratégias que contemplem essa diversidade nos processos educativos no ingresso dos acadêmicos, considerando as características regionais nas quais está inserida.

Art. 9º A construção de um programa de acesso ao ensino superior para os povos indígenas, população negra e quilombolas, respeitando e considerando a diversidade e aproximando os saberes tradicionais dos saberes acadêmicos na perspectiva de garantia de acesso e permanência com sucesso desses acadêmicos passa pela implementação de políticas que garantam para além do acesso a permanência e integralização dos cursos por esses alunos com sucesso acadêmico.

Art. 10. As reivindicações registradas nos Seminários Indígenas realizados nesta instituição nos anos de 2004, 2017 e 2018, reiteradas por acadêmicos e lideranças das comunidades indígenas e quilombolas, apontam para a necessidade de “garantir políticas de permanência”.

Art. 11. O Planejamento Estratégico - PE (2016-2020) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem como missão da UFT “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, cuja visão estratégica objetiva “Consolidar a UFT como um espaço de expressão

democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Art. 12. No que pese seu papel social, a Universidade Federal do Tocantins, no fortalecimento das políticas de acesso e permanência vai ao encontro das expectativas e aspirações da sociedade no papel de induzir transformações de ordem social, cultural, pedagógica, psicológica, dentre outras que visem o acolhimento da diversidade que, assim como no meio social, atravessa também a Universidade.

TÍTULO II

DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 13. O Comitê de Criação e Acompanhamento das Políticas de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) tem como objetivos:

I - assessorar a Reitoria no estabelecimento de políticas de ações afirmativas em consonância com aspectos legais e normativos vigentes a partir de trabalho colaborativo, participativo e deliberativo;

II - elaborar, implementar e avaliar ações afirmativas por meio da criação de mecanismos permanentes de acompanhamento, a fim de verificar a pertinência dos objetivos, a eficácia dos procedimentos, a qualidade e a abrangência dos resultados alcançados.

TÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO, DO FUNCIONAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I

Da Composição

Art. 14. O Comitê Central terá a seguinte composição dos membros titulares:

I - Presidente, que será responsável por superintender e coordenar as ações do Comitê;

II - um representante docente de cada câmpus da UFT que tenha afinidade com as temáticas de diversidade e ações afirmativas;

III - um representante estudantil de cada câmpus da UFT;

IV - Pró-reitores(as) de Extensão, Graduação, Assuntos Estudantis, Pós-Graduação e Gestão de Pessoas ou um representante por ele/ela indicado;

V - um representante do GTI (Grupo de Trabalho Indígena);

VI - um representante do Conselho Estadual de Educação Indígena;

VII - Um representante da COEQTO (Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins).

Parágrafo único. Constituir-se-ão como consultores do Comitê: organizações governamentais e não governamentais, movimentos sociais, lideranças e coletivos sociais reconhecidos por seus pares como seus representantes no processo de construção e avaliação das políticas afirmativas na UFT.

Art. 15. A presidência do Comitê será exercida pela Coordenação de Ações Afirmativas da Instituição.

Art. 16. As representações estudantis/discentes que participarem do Comitê e que forem convocadas para reuniões que coincidam com atividades acadêmicas terão suas ausências justificadas, cabendo ao discente apresentar documentação comprobatória.

Parágrafo único. Por decisão do Comitê poderão ser criados grupos de trabalho de caráter temporário, que terão como finalidade atuar como órgãos de assessoramento técnico, elaborando pareceres, propondo sugestões e recomendações a serem adotadas para a implementação das políticas de ações afirmativas.

CAPÍTULO II

Do Funcionamento

Art. 17. O Comitê Central estará sediado no prédio da Reitoria e deverá dispor de recursos físicos e materiais, de infraestrutura e recursos humanos necessários para seu funcionamento e desenvolvimento dos trabalhos, contando ainda com apoio administrativo e financeiro da Universidade.

Art. 18. O Comitê reunir-se-á mensalmente, em sessões ordinárias, e extraordinariamente por convocação do Presidente ou maioria dos seus membros.

Art. 19. A reunião será realizada com a maioria simples de seus membros.

Art. 20. O período de vigência do mandato será de 2 (dois) anos.

Art. 21. Cada membro do Comitê terá direito a um único voto, sendo que o presidente só terá direito a voto em caso de empate.

Art. 22. Qualquer cidadão terá direito de participar das reuniões, desde que com a anuência do Comitê.

Art. 23. As reuniões do Comitê serão registradas em atas a serem aprovadas em reunião posterior e publicizadas.

Art. 24. As reuniões serão presididas pelo(a) Presidente e, em sua ausência, pelo(a) Vice-presidente.

Art. 25. A vigência do mandato dos membros do Comitê será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

CAPÍTULO III

Das Atribuições

Art. 26. Compete ao Comitê Central:

I - atuar no planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação das ações afirmativas na UFT;

II - colaborar na elaboração e execução de projetos e programas de formação afeitos às ações afirmativas;

III - desenvolver e executar junto à comunidade acadêmica a Política Institucional de ações afirmativas, garantindo sua efetividade;

IV - articular com os demais setores da UFT a promoção das ações afirmativas com vistas a definir objetivos e metas, bem como a coparticipação de cada setor, respectivamente;

V - trabalhar de forma participativa e dialógica com a comunidade acadêmica;

VI - monitorar, acompanhar e avaliar sistematicamente a implementação das ações afirmativas por meio de elaboração de relatórios periódicos;

VII - contribuir para o desenvolvimento de programas, projetos e pesquisas desenvolvidos pela comunidade acadêmica, pautados em ações que fortaleçam as ações afirmativas no âmbito da Instituição;

VIII - emitir recomendações aos órgãos colegiados e unidades competentes a respeito das políticas de ações afirmativas;

IX - recomendar ações sobre questões técnicas e administrativas de natureza sistêmica e/ou emergencial no tocante às ações afirmativas.

TÍTULO IV

DOS COMITÊS LOCAIS

CAPÍTULO IV

Da Composição

Art. 27. Os Comitês locais serão responsáveis pela operacionalização das ações do Comitê em cada câmpus e terá a seguinte composição: 2 (dois) docentes do câmpus, sendo um deles membro do Comitê Central, 1(um) representante da assistência estudantil, 2 (duas) representações discentes, sendo uma delas preferencialmente indígena ou quilombola, um técnico administrativo e um representante dos movimentos sociais.

Art. 28. O Presidente deverá ser um docente eleito pela maioria simples que compõe o Comitê.

Art. 29. O representante discente que participar das reuniões do Comitê em que os horários coincidam com as atividades acadêmicas terá sua ausência justificada, mediante apresentação de documentação comprobatória.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 30. O Comitê funcionará em prédio do câmpus e deverá dispor de recursos físicos e materiais, de infraestrutura e recursos humanos necessários para seu funcionamento e desenvolvimento dos trabalhos, contando ainda com apoio administrativo e envolvimento da Direção e Coordenações de Cursos, dada a natureza de suas atividades.

Art.31. O Comitê reunir-se-á mensalmente, em sessões ordinárias, e extraordinariamente por convocação do Presidente ou maioria dos seus membros.

Parágrafo único. A reunião será realizada com a maioria simples de seus membros.

Art. 32. O período de vigência do mandato será de 2 (dois) anos.

Art. 33. Cada membro do Comitê terá direito a um único voto, sendo que o presidente só terá direito a voto em caso de empate.

Art. 34. Qualquer cidadão terá direito de participar das reuniões, desde que com a anuência do Comitê.

Art. 35. As reuniões do Comitê serão registradas em atas a serem aprovadas em reunião posterior e publicizadas.

Art. 36. As reuniões serão presididas pelo(a) Presidente e, em sua ausência, pelo(a) Vice-presidente.

Parágrafo único. A vigência do mandato dos membros do Comitê será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 37. Compete ao Comitê:

I - acompanhar os acadêmicos cotistas desde o ingresso até a integralização da graduação no seu câmpus;

II - organizar ações e atividades de acolhimento dos alunos ingressantes;

III - realizar o levantamento da situação dos alunos em processo de jubramento em seu respectivo câmpus;

IV - realizar plenárias com ampla participação da comunidade acadêmica para levantamento de demandas referentes às ações afirmativas;

V - elaborar relatórios de acompanhamento acadêmico de alunos cotistas;

VI - desenvolver sistematicamente encontros temáticos com a comunidade acadêmica, discutindo ações afirmativas e sua efetivação;

VII - acompanhar e avaliar a implementação das políticas de ações afirmativas no câmpus.

TÍTULO V DA CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 38. O Programa de ações afirmativas será elaborado pelo Comitê.

Art. 39. O Comitê poderá requerer informações sistematizadas de todas as unidades administrativas e acadêmicas da UFT, devendo ter pleno acesso a todas as informações institucionais, desde que não sejam sigilosas.

Art. 40. As informações solicitadas deverão ser fornecidas dentro do prazo estabelecido pelo Comitê.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Cabe à Direção do câmpus:

I - garantir as condições operacionais e logísticas para pleno funcionamento do Comitê Local e o cumprimento de suas atribuições;

II - dar publicidade às ações e atividades referentes ao Comitê.

Art. 42. Os casos omissos a esse regimento serão resolvidos pelo Comitê.

Art. 43. Este regimento poderá ser alterado por completo ou parcialmente, mediante proposta de, no mínimo, um terço dos integrantes do Comitê e/ou Conselho Universitário.

Art. 44. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 12 de dezembro de 2018.